



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RS**

**TÍTULO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), DA BASE NÁUTICA DO NÚCLEO ESPECIAL DE POLÍCIA MARÍTIMA DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL - NEPOM/DPF/RGE/RS.**

**PLANILHA ESTIMATIVA DE COMPOSIÇÃO DO FATOR K E TRDE**

**RIO GRANDE DO SUL / RS**

(MÊS BASE 03/2023)

**DISCRIMINAÇÃO**

k1	Encargos sociais incidentes sobre a mão de obra mensalista (sem desoneração)	69,88%
k2	Administração central da empresa (overhead)	20,00%
k3	Remuneração bruta da empresa	10,00%
k4	Fator relativo aos tributos incidentes sobre o preço de venda $K4 = [1/(1-l)] - 1$	12,87%

**IMPOSTOS (I)**

01	ISS (Observar o Percentual da Localidade) <sup>1</sup> - sem Desoneração	4,00%
02	PIS <sup>2</sup>	1,32%
03	COFINS <sup>3</sup>	6,08%

Onde:

$$K = (1+k1+k2)*(1+k3)*(1+k4)$$

$$TRDE = (1+k3)*(1+k4)$$

$$PV = CDsal * K + CDoutros * TRDE$$

<b>Fator K</b>	<b>2,36</b>
<b>TRDE - TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS</b>	<b>1,24</b>

A presente estimativa baseou-se na metodologia "Formação de preço com base nos quantitativos e custos unitários dos insumos utilizados", contemplado no Manual de "ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS" (TCU, 2014).

Notas :

1. A alíquota do ISS é determinada pela "Relação de Serviços" do município onde se prestará o serviço conforme art. 1º Lei Complementar nº 116/2003. Ressalta-se, que conforme o art. 8º desta Lei Complementar a alíquota máxima admitida é de 5%. Além disso, registra-se, ainda, que deve-se verificar a legislação municipal, se esta possibilita a redução da base de cálculo deste tributo, pois conforme o § 2º inciso I, art. 7º desta mesma Lei Complementar, a base de cálculo do ISS é o preço do serviço, excluindo-se o valor dos materiais.
2. A alíquota máxima do PIS é de 1,65%, conforme Art. 2 da Lei nº 10.637/2002.
3. A alíquota máxima do COFINS é de 7,6%, conforme Art. 12 da Lei nº 10.833/2003.
4. Entretanto, conforme orientação do TCU, deve-se adotar um percentual de compensação de 20% resultando em uma alíquota efetiva de PIS de 1,32% (1,65% x 0,8) e de Cofins de 6,08% (7,60% x 0,8).

**Rio de Janeiro, 08 de maio de 2023.**

**THAIS XAVIER DE OLIVEIRA**  
ENGENHEIRA CIVIL - GTED/SR/PF/RJ  
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO